

RAQUEL TRABAZO CARBALLAL FRANCO

**O REDIMENSIONAMENTO DA ARÁBIA SAUDITA COMO
CENTRO DE PODER NO ORIENTE MÉDIO E SEUS REFLEXOS
NAS RELAÇÕES COM O IRÃ.**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

Orientadora: Cristina Inoue Yumie

Brasília

2012

RESUMO

A Primavera Árabe abalou regimes cujas estruturas estavam há muito arraigadas na região. Diante da ameaça democrática, um novo arranjo político parece estar em conformação no Oriente Médio a partir do Conselho de Cooperação do Golfo, o qual, além de adquirir uma roupagem mais militarizada, tem buscado ampliar-se para agrupar monarcas igualmente ansiosos por preservarem-se no poder. A intervenção no Bahrain foi uma mensagem explícita destes governantes autocráticos para as suas populações e para toda a comunidade internacional no sentido de que eles não hesitarão em tomar as medidas necessárias para suprimir toda e qualquer ameaça revolucionária na região. No entanto, a verdadeira intenção dessas manobras tem sido acobertada pela retórica do Crescente Xiita, retomada como forma de desviar a atenção do déficit democrático que assola o Oriente Médio para o Irã, apontado como o causador de todos os focos de instabilidade na região. Neste contexto, a Arábia Saudita emerge como principal arquiteta de uma contra-revolução, atraindo novos aliados dispostos a aceitar a sua liderança como novo centro de poder em troca da incolumidade de seus regimes.

ABSTRACT

The Arab Spring convulsed regimes whose structures were for long entrenched in the region. Given the democratic threat, a new political arrange is being formed in the Middle East around the Gulf Cooperation Council, which is militarizing itself and expanding its club to fit the kings eager to keep their power. The intervention in Bahrain was a stark message from those autocratic governors to their populations and the entire international society, in the sense that they will not hesitate in suppressing every single revolutionary threat in their backyard. Nonetheless, the true intention behind those maneuvers have been hiding under the Shia Crescent rhetoric, resumed as a way of deviate the attention from the region's democratic deficit to Iran – as if it was the cause of all regional instability. In this context, Saudi Arabia emerges as the main architect of a counter-revolution, luring new allies who are willing to accept the Saudi leadership in exchange for the preservation of their regimes.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

2 A RETÓRICA DO CRESCENTE XIITA

2.1 SUNISMO E XIISMO: ORIGENS E SITUAÇÃO ATUAL DAS POPULAÇÕES NO ORIENTE MÉDIO

2.2 POR TRÁS DA TEORIA DO CRESCENTE XIITA

3 A RIVALIDADE SAUDI-IRANIANA

4 A PRIMAVERA ÁRABE E A INTERVENÇÃO NO BAHRAIN

5 O CONSELHO DE COOPERAÇÃO DO GOLFO E A NOVA ESTRUTURA DE PODER DA REGIÃO

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS

1 INTRODUÇÃO

A Primavera Árabe vivenciada na Tunísia e no Egito inspirou populações árabes em todo o Oriente Médio. É possível afirmar que a grande maioria dos países experimentou, em alguma medida, rompantes de protestos por reformas políticas, econômicas e sociais.

No entanto, verifica-se um curioso fenômeno no que tange aos resultados até então alcançados pelo movimento. Apenas regimes autoritários que adotavam formalmente o republicanismo como forma de governo foram abalados pela onda de protestos, enquanto que as monarquias lograram manterem-se incólumes, não obstante também haverem sido vítimas de ataques populares.

Os fundamentos desse fenômeno parecem residir no novo arranjo político em conformação no Oriente Médio, o qual está fortalecendo as monarquias da região em torno da Arábia Saudita contra o Irã e tem o condão de vir a relegar os Estados Unidos a uma posição de parceiro estratégico secundário na luta pela manutenção do *status quo*.

Os meios utilizados pelos regimes conservadores para evitar toda e qualquer reforma democrática, mantendo-se firmes no poder, envolvem uma série de manobras ideológicas, políticas e militares.

A manipulação do antigo discurso de que o Irã seria responsável pela criação de um Crescente Xiita tem sido uma arma poderosa para desviar as atenções do problema da falta de democracia dentre as monarquias e reforçar ainda mais os temores da comunidade internacional quanto à política externa do Irã.

A reestruturação do Conselho de Cooperação do Golfo, por sua vez, cumpre o papel de aproximar as monarquias do Oriente Médio e garantir apoio mútuo contra a ameaça dos levantes populares, o que denota a conformação de um novo e importante centro de poder na região, capitaneado pela Arábia Saudita.

A intervenção no Bahrain, por fim, foi uma mensagem explícita destes governantes autocráticos não apenas para as suas populações, mas para toda a comunidade internacional, no sentido de que eles estão preparados e não hesitarão em tomar as medidas necessárias para suprimir toda e qualquer ameaça revolucionária na região.

O presente trabalho, portanto, estudará de modo mais aprofundado os interesses que envolvem o discurso do crescente xiita, os contornos da relação conflituosa entre a Arábia Saudita e o Irã, o significado da intervenção no Bahrain e as conseqüências da reestruturação do Conselho de Cooperação do Golfo, a fim de corroborar a hipótese de que está em curso uma significativa mudança na balança de poder do Oriente Médio.

2 A RETÓRICA DO CRESCENTE XIITA

Ao final de 2004, um ano após a invasão do Iraque pelos Estados Unidos, o Rei Abdullah da Jordânia fez declarações que ecoaram como um agouro inconveniente entre as monarquias do Oriente Médio: um Crescente Xiita estaria se formando na região e nenhum país com comunidades xiitas entre suas populações estaria eximido da ameaça que isso representava (WRIGHT, 2004).

Quase oito anos se passaram e, no contexto dos levantes populares da Primavera Árabe, a mesma retórica tem sido novamente invocada pelas monarquias do Golfo. Nesta ocasião, no entanto, o discurso tem sido capitaneado pela Arábia Saudita e manipulado de modo a justificar, por exemplo, a intervenção realizada no Bahrain em março de 2011 (DAMIR-GEILSDORF, 2011).

O pretense inimigo comum ainda é o Irã e a maior vítima continua a ser a população xiita do Oriente Médio, alvo primordial dos efeitos nefastos da difusão deste pensamento.

Contudo, é curioso notar que, escuso atrás de alegações de que um Crescente xiita estaria ansioso por tomar o poder e massacrar governantes sunitas, o verdadeiro objetivo de países como a Arábia Saudita, Bahrain, Emirados Árabes Unidos e Qatar, nada mais é que a manutenção de regimes autocráticos e a contenção de qualquer aspiração democrática por parte de suas populações (HAJI-YOUSEFI, 2009:131).

Considerando-se esse resgate da ideologia do Crescente Xiita e a sua manipulação pela Arábia Saudita como forma de alçar-se a uma posição de liderança na região, importa destrinchar as origens do sectarismo entre sunitas e xiitas e a situação atual dessas populações muçulmanas. Feito isso, cumpre discutir as peculiaridades da retomada desse discurso e seus efeitos na geopolítica da região.

2.1 SUNISMO E XIISMO: ORIGENS E SITUAÇÃO ATUAL DAS POPULAÇÕES NO ORIENTE MÉDIO

O sunismo e o xiismo são as duas principais escolas de pensamento do Islamismo, não obstante existam outras vertentes muçulmanas. A principal diferença entre ambas as linhas reside na interpretação sobre quais descendentes do Profeta Maomé tinham legitimidade para assumir o papel de autoridade religiosa e guia do Islamismo.

De acordo com os xiitas, após a morte de Maomé, a liderança deveria ser transferida ao homem que fosse o seu parente mais próximo, Ali Ibn Abi Talib, seu primo e genro, de modo que os descendentes de Ali, conhecidos como Imams, dariam continuidade ao trabalho do profeta. A denominação *shiiite* deriva da expressão árabe *shiat Ali* que significa seguidores de Ali, sendo que dentro do próprio xiismo ainda há três subdivisões, de acordo com os Imams que o xiita reconhece (CAMPO, 2009:623).

Por outro lado, à época do falecimento do profeta, havia um grupo muito influente de muçulmanos que defendia que o novo guia deveria ser escolhido com base na sua reputação e mediante aprovação consensual por um conselho formado por homens líderes de comunidades. Essa perspectiva acabou prevalecendo e o primeiro sucessor de Maomé acabou sendo Abu Bakr, líder do grupo atualmente composto pelos sunitas (CAMPO, 2009:623-624).

Neste sentido, a cisão histórica entre sunitas e xiitas deve-se, em suma, a uma disputa política pela definição do herdeiro legítimo da autoridade religiosa do profeta. Entretanto, ao longo da história, o dissenso foi em larga medida reforçado por questões étnicas, políticas, sociais, econômicas e nacionalistas do mundo Islâmico, tendo sido amplamente manipulado por governantes em prol da satisfação de seus interesses específicos.

A fim de analisar com maior precisão a questão do Crescente Xiita, impende explicitar brevemente a situação social, política e econômica de ambos os grupos islâmicos em cada um dos países envolvidos na celeuma.

Conforme dados publicados em um recente relatório do *Pew Research Center* (2009:8), estima-se que dentre a população muçulmana apenas 10-13% sejam xiitas,

o que em números equivaleria a 154-200 milhões de seguidores dessa vertente do Islamismo. Desta população, apenas 25% vive na região do Oriente Médio e Norte da África, sendo que a grande maioria, entre 116 e 147 milhões, encontra-se na Ásia, sobretudo na Índia, Paquistão, Irã e Iraque. Apenas em quatro países os xiitas representam a maioria da população, sendo eles o Azerbaijão, o Bahrain, o Iraque e o Irã.

Sozinho, o Irã engloba aproximadamente 40% da população mundial de xiita, sendo que dentre o número de habitantes vivendo naquele país, estima-se que 90-95% sejam xiitas. O Iraque, por sua vez, contabiliza dentre os seus habitantes 65-70% de seguidores do xiismo (PEW RESEARCH CENTER, 2009:40).

Não obstante o baixo percentual de xiitas vivendo no Oriente Médio, ao longo da história recente da região, os países do Golfo tem se mostrado preocupados em manter aquela parcela da população sob o mais absoluto controle e repressão.

Considerando o total de habitantes no país, a população xiita corresponde a 65-75% no Bahrain; a 45-55% no Líbano; a 35-40% no Iêmen; 20-25% no Kuwait; a 15-20% na Síria; 10-15% na Arábia Saudita; 10% no Qatar; e a 10% nos Emirados Árabes Unidos (PEW RESEARCH CENTER, 2009:39-41).

Apesar das cifras mostrarem-se baixas dentre as monarquias do Golfo, a exceção do Bahrain, a preocupação não é infundada. Com efeito, nos Emirados Árabes Unidos há uma forte influência iraniana sobre o comércio e negócios. Já a região oriental da Arábia Saudita, conhecida como Al-Hasa e que se estende até a fronteira com o Qatar e o Kuwait, é densamente povoada por xiitas deste o século X. Esta também é a região onde toda a produção de petróleo se concentra, sendo que 70% da força de trabalho empregada na extração é xiita (ESCOBAR, 2006:179).

Em uma região onde prevalece a regra segundo a qual os sunitas ocupam áreas urbanas e dominam os centros de poder e os xiitas configuram a parte pobre e marginalizada da população, o fato deste último grupo habitar a área onde praticamente toda a riqueza do país está concentrada é motivo mais do que suficiente para as monarquias promoverem um regime repressor e tentarem estimular a migração de sunitas para a região.

No que tange especificamente aos temores da Arábia Saudita relativamente à sua população xiita, cumpre analisar ligeiramente a relação entre xiitas e sunitas no país que capitaneia o atual discurso do Crescente Xiita.

Consoante reporta o Relatório sobre o Oriente Médio elaborado pelo *International Crisis Group* (2005), o Reino da Arábia Saudita adquiriu a forma que atualmente sustenta no ano de 1913, quando o Al-Saud consolidou o seu domínio através do apoio obtido dos guerreiros tribais *ikhwan*, grupo religioso extremista que defendia a *jihad* para eliminação dos infiéis, dentre os quais estavam os xiitas.

Com o estabelecimento definitivo do Reino em 1932, iniciou-se uma onda de marginalização dos xiitas, o que foi feito através da migração massiva de comerciantes sunitas para a região oriental da Arábia Saudita, os quais se negavam a comercializar qualquer produto com os xiitas que ali se encontravam. Diante dessa situação, alternativa outra não restou aos xiitas, senão aceitar os empregos oferecidos pela *Arabian American Oil Company* (Aramco), o que acabou expondo aquele grupo a diversas ideologias alternativas, como o comunismo e nasserismo, muitas das quais responsáveis por uma redução do domínio xiita na região (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2005:2).

Ainda neste contexto, os governantes sunitas que se firmaram no poder engajaram-se em políticas de repressão às manifestações religiosas dos xiitas, através do banimento aos chamados para orações e de publicações religiosas e políticas, da desestruturação de centros de educação religiosa, além da destruição de antigos santuários e limitação à construção de novas mesquitas.

O sectarismo na Arábia Saudita é endêmico, e o reino tem grande responsabilidade na perpetuação deste sistema discriminatório, já que não confronta os dogmas da doutrina Wahhabi - dentre os quais está o anti-xiismo – justamente porque é ela a responsável por conferir legitimidade ao regime saudita (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2005:9).

Essa é também a realidade de muitos outros países do Golfo, onde persiste uma flagrante sub-representatividade de xiitas em postos oficiais do governo e das forças de segurança, sendo que esta preterição estende-se inclusive ao setor privado. Adicione-se a isso o fato de que muitos clérigos propagam a ideia de que os xiitas são os principais inimigos do Islã, e o resultado não poderia ser outro senão uma

sociedade onde as condições de vida dos xiitas são desproporcionalmente piores e mais duras do que as do restante da população (STEINBERG, 2011:2-3).

Feita esta breve exposição da situação atual dos xiitas, cumpre perquirir os fatores que estão por trás da retórica do Crescente Xiita e quais as reais intenções dos seus propagandistas.

2.2 POR TRÁS DA TEORIA DO CRESCENTE XIITA

Conforme apontado anteriormente, a retórica do Crescente Xiita foi empregada em 2004, pelo Rei Abdullah da Jordânia. Segundo ele, a Guerra contra o Iraque teria como resultado último a formação de um Crescente Xiita, que se estenderia a partir do Irã em direção ao Iraque, à Síria e ao Líbano.

If pro-Iran parties or politicians dominate the new Iraqi government, he [Rei Abdullah] said, a new "crescent" of dominant Shiite movements or governments stretching from Iran into Iraq, Syria and Lebanon could emerge, alter the traditional balance of power between the two main Islamic sects and pose new challenges to U.S. interests and allies. [...] Abdullah, a prominent Sunni leader, said the creation of a new Shiite crescent would particularly destabilize Gulf countries with Shiite populations. "Even Saudi Arabia is not immune from this. It would be a major problem. And then that would propel the possibility of a Shiite-Sunni conflict even more, as you're taking it out of the borders of Iraq," the king said. (WRIGHT, 2004).

Aquela, no entanto, não foi a primeira vez em que o temor do empoderamento xiita foi externalizado na forma de um discurso promovido por sunitas. Em 1991, após os levantes xiitas ocorridos no Iraque, o clérigo Wahabbi da Arábia Saudita, Sefr al-Hawali, alertou para a formação de um arco xiita a partir do Afeganistão, que se estendia para o Paquistão, Irã, Iraque, Turquia, Síria e Líbano (YAMANI, 2009).

A retomada do discurso no contexto da invasão do Iraque em 2003 deve-se ao temor de desfiguração da balança de poder no Oriente Médio. Isso porque, a instauração de um governo democrático em um país de maioria xiita e dotado de grande poder de influência na região representava uma suposta ameaça aos déspotas sunitas que governavam os países vizinhos.

Amir M. Haji-Yousefi (2009), no entanto, salienta que os doutrinadores ainda não chegaram a um consenso acerca da real existência de um Crescente xiita e até que ponto isso representa uma ameaça para os países regidos por sunitas.

De fato, há um senso comum de que a instauração de um regime democrático no Iraque fortaleceu o processo de empoderamento dos xiitas na região, obrigando os governantes a reconhecerem uma parcela até então esquecida da população, que passaria a demandar maiores direitos.

No entanto, para alguns autores isso não significa que um bloco xiita estaria se formando com o fito de confrontar os sunitas da região, por diversas razões.

Primeiro porque, segundo Haji Yousefi (2009:117-120), a população xiita não forma um bloco coeso e monolítico, sendo em realidade um universo fragmentado, polimorfo e sujeito a diversas autoridades políticas que se orientam conforme interesses distintos. Essa característica também faz desmoronar qualquer acusação de que um eixo xiita estaria orientando-se a partir de uma lógica militar ou expansionista.

Além disso, o autor considera descabida a eleição dos países supostamente envolvidos na formação de um Crescente Xiita. A Síria, por exemplo, não pode ser considerada como um país xiita sob nenhum parâmetro, uma vez que a maioria da sua população é sunita e o poder está fortemente concentrado nas mãos dos Alawitas, os quais sequer são vistos como legítimos xiitas. Os xiitas do Iraque, por sua vez, ainda orientam-se pelos resquícios de rivalidade deixados pela Guerra Irã-Iraque na década de 1980, além de terem deixado claro após a invasão de 2003 que não possuem qualquer intenção de instaurar uma República Islâmica no país.

O envolvimento do Irã, por outro lado, é controverso. Após ser negligenciado pela comunidade internacional, inclusive pela ONU, durante a invasão pelo Iraque, o Irã passou a adotar como orientação primordial da sua política externa a eliminação de qualquer interferência estrangeira em seus assuntos internos. Assim, a partir do momento em que a ideia do Crescente Xiita é introduzida pelos países árabes mais conservadores, o Irã imediatamente prontificou-se a refutar todas as acusações de que estaria capitaneando aquele eixo.

De acordo com aquele país, a Revolução Iraniana foi uma revolução islâmica, e não uma revolução xiita como muitos países árabes apregoam. Neste sentido, seriam infundadas quaisquer denúncias de que o Irã estaria provocando levantes xiitas no Oriente Médio, uma vez que o país se pretende um defensor do Islã e dos muçulmanos como um todo, sem sectarismos.

The Muslim Ummah is a united one and there is no talk of Shia or Sunni. We have supported Sudan. Is Sudan a Shia state or a Sunni one? We have defended the rights of the Palestinian people, are they Sunni or Shia? We don't mind whether they are Shia or Sunni. We say that they are Muslims... The Muslim world should know that the Iranian nation and the Islamic Republic of Iran will never take any steps in creating diversity among Muslims. (AHMADINEJAD apud HAJI-YOUSEFI, 2009:122)

Do ponto de vista iraniano, a retórica do Crescente Xiita é um artifício utilizado pelos países árabes, com apoio dos Estados Unidos, para isolar o país e criar uma atmosfera ainda maior de intolerância e repressão contra a população xiita.

A despeito das declarações das autoridades do Irã, vozes dissonantes afirmam que o país estaria aproveitando a oportunidade para ampliar seu poder e influência política na região, a partir de uma política externa baseada na defesa do xiismo e do suposto financiamento de revoltas nos países do Golfo (BILGESAM, 2011).

Com efeito, as alegações de que o Irã estaria apoiando revoltas populares no Oriente não passam de meras especulações até o momento. Não há qualquer evidência concreta de que aquele país estaria de alguma maneira interferindo pelo sucesso dos levantes contra as monarquias do Golfo no contexto da Primavera Árabe. A Revolução Islâmica de 1979 não gerou o tão temido efeito dominó do levantamento das massas, de modo que não se pode falar em uma atual tentativa de exportar a revolução para outros países. Por outro lado, em momento algum os manifestantes fizeram alusão ao Irã enquanto modelo. Ademais, o Irã está plenamente ciente do seu isolamento internacional, o que o faz perseguir uma política de aproximação com os demais países, não sendo conveniente no momento criar inimizades ainda maiores com seus vizinhos (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2011:10-11).

Resta concluir, portanto, que a verdadeira agenda por trás da retórica do Crescente Xiita é desviar a atenção dos Estados Unidos, e da sociedade internacional como um todo, de um problema muito mais grave e urgente que afeta a região do Oriente Médio: os regimes autoritários e antidemocráticos.

A invasão do Iraque significou a queda de um longo ditador e a instauração forçada de um regime democrático, fazendo do país um possível prelúdio do que os Estados Unidos desejavam que acontecesse em todo o Oriente Médio. Os Estados árabes, portanto, viram-se diante do seguinte dilema: se por um lado precisavam da proteção dos Estados Unidos numa região extremamente instável, por outro se viram

compelidos a promover reformas políticas que ameaçavam seus regimes totalitários. A solução encontrada pelo Rei Abdullah para desviar a atenção do mundo foi sugerir a formação de um Crescente Xiita que visava a expansão do domínio iraniano – no que foi prontamente acompanhado pelo Egito e pela Arábia Saudita.

Em um contexto onde o Iraque estava enfraquecido, o Irã despontava como uma nova liderança regional, o que indubitavelmente representava uma ameaça, sobretudo aos países do Golfo. Estes, então, aproveitaram-se da ascensão dos xiitas iraquianos ao poder e da inabilidade dos Estados Unidos em conter o programa nuclear iraniano para livrarem-se de dois problemas de uma só vez. Tanto a onda de democratização quanto a liderança iraniana na região poderiam ser contidas com a difusão da retórica do Crescente Xiita supostamente promovido pelo Irã.

As a result, one can observe that the main reason for the concern of Arab states about what they call the Shia crescent is not the rise of Shia to power in Iraq, but in fact their fear of democratization. In other words, the real threat to the Arab world is its democratization and not necessarily the rise of Shia power in the region. As Vali Nasr implicitly says that the concern of Arab states about the rule of the majority in Iraq mainly refers to the fact that it is the first Arab country in which the rule is determined by a democratic process (Nasr, 2006: 109). The revival of Shia power in the region points to the legitimacy crisis that is erupting among the leaders of the Arab world in which they fear democratization at their doorsteps. (HAJI-YOUSEFI, 2009:126)

Cumprir notar, por fim, que a manipulação daquele discurso contra o Irã amolda-se também aos interesses dos Estados Unidos na região.

O fracasso da política norte-americana no Oriente Médio fez com que o país buscasse pôr a culpa em outro ator, sendo que o Irã enquadrou-se perfeitamente no papel de raiz de todos os problemas daquela conflituosa zona.

Neste sentido, a política de contenção do programa nuclear do Irã e de toda a sua influência no Oriente Médio faz com que os Estados Unidos apoiem qualquer coalizão do Golfo Pérsico que vise confrontar aquele outro país, sendo que os Estados Árabes mais conservadores mostraram-se como a principal força centrípeta deste processo (HAJI-YOUSEFI, 2009:128-129).

Diante do exposto, é possível concluir que a retomada do discurso do Crescente Xiita pela Arábia Saudita no contexto da Primavera Árabe tem por objetivo, mais uma vez, distrair os Estados Unidos e a comunidade internacional dos problemas internos dos países árabes no que tange aos seus regimes antidemocráticos.

3 A RIVALIDADE SAUDI-IRANIANA

A Arábia Saudita e o Irã mantêm uma relação inconstante e de disputa por influência no Oriente Médio, sobretudo na região do Golfo. Numa espécie de Guerra Fria há muito travada entre os dois países, o ganho de um é visto como a perda do outro, em um claro jogo de soma-zero (BOUCEK, 2011:4-5).

O período de turbulência provocado pela Primavera Árabe apenas contribuiu para que as relações experimentassem uma considerável deterioração, tendo atingido seu ápice na intervenção promovida pelo Conselho de Cooperação do Golfo no Bahrain.

Com efeito, a Arábia Saudita luta para aniquilar toda e qualquer situação de insegurança, instabilidade e incerteza na região, primando pela absoluta preservação do *status quo*, o que faz através de um discurso religioso sectário e da injeção de vultosas quantias nos países que pretende ter como aliados.

O Irã, ao contrário, tende a prosperar no curto prazo em um ambiente dúbio e movediço, aumentando a sua esfera de influência e tornando fértil o terreno sobre o qual tenta inseminar a sua ideologia. Desde a invasão do Iraque pelos Estados Unidos, o Irã tem se empenhado em preencher os vazios deixados pelo declínio do regime iraquiano, oferecendo apoio político e financeiro a diversos grupos da região, uma manobra que tem se mostrado eficaz (BOUCEK, 2011:1).

Ademais, apesar de o Irã ser considerado por muitos o defensor dos direitos dos xiitas contra a opressão dos monarcas do Golfo, o país prefere projetar-se como um defensor do pan-islamismo em geral, sem sectarismos, colocando-se como inimigo apenas do imperialismo, dos Estados Unidos e de Israel.

Assim, o seu pretenso papel na região seria muito mais o de um líder do Mundo Islâmico, enquanto que a sua maior preocupação seria a minimização ou eliminação dos laços militares que os países do Golfo mantêm com os Estados Unidos (TERRILL, 2011:14).

A fim de contextualizar a escalada de hostilidades entre o Irã e a Arábia Saudita, cumpre fazer uma breve remissão aos fatos e características culturais e políticas que levaram aqueles Estados à atual crise no contexto da Primavera Árabe.

A Arábia Saudita e o Irã sempre mantiveram uma rivalidade natural desde a formação de ambos os Estados. Dentre as causas da concorrência entre eles, entretanto, duas sempre se fizeram presentes: a questão da proeminência religiosa no mundo muçulmano e as querelas em torno dos preços do petróleo.

No que tange à primeira, tanto a Arábia Saudita sunita quanto o Irã xiita se autoconclamam a vanguarda do mundo muçulmano, pretendendo-se, cada um deles, o legítimo líder da religião islâmica.

A Arábia Saudita, por um lado, justifica a sua suposta superioridade no fato de ser o berço de todo o islamismo e da língua árabe, sendo que os clérigos sunitas mais tradicionais não hesitam em afirmar que os xiitas são a pior espécie de hereges do mundo muçulmano. Para fortalecer a sua posição, o rei saudita ainda se vangloria de possuir o título de guardião dos dois lugares mais sagrados para a religião, Meca e Medina (NASR, 2011).

O Irã, por sua vez, recorre à sua história antiga para difundir uma supremacia cultural e civilizacional perante os demais países do Golfo. Além disso, confia que possui uma superioridade estratégica e tática na região, mesmo ciente de que não detém o mesmo aporte de recursos financeiros da Arábia Saudita. Digno de nota que o Irã, ao contrário do reino saudita, não orienta o seu discurso no sentido do sectarismo, mas sim no sentido de um pan-islamismo, na união de todos os muçulmanos contra o imperialismo, os Estados Unidos e Israel (BOUCEK, 2011:2-3).

Além da longa disputa entre qual Estado seria o seguidor e guardião da verdadeira fé muçulmana, o petróleo também foi por muito tempo um ponto de conflito.

Até pouco tempo atrás, a Arábia Saudita figurava soberana no topo da lista de países com maiores reservas de petróleo do mundo (tendo perdido a posição para a Venezuela, em 2011), restando ao Irã um longínquo segundo lugar (OPEP, 2011).

Enquanto o Irã manteve-se como um defensor da cobrança de altos preços para o petróleo, a Arábia Saudita sempre preferiu a manter os preços estáveis entre 70-80 dólares o barril (BOUCEK, 2011:3).

Com as sanções aplicadas contra o Irã, a produção de petróleo no país foi significativamente restringida, o que somado às restrições de investimentos

estrangeiros levou a Arábia Saudita a conquistar uma grande vantagem no mercado de energia.

Desse modo, é vantajoso para a Arábia Saudita manter os preços do petróleo mais baixos, uma vez que o país é plenamente capaz de aumentar a qualquer tempo a sua produção de petróleo e, com isso, os seus lucros. O Irã, por outro lado, não tem qualquer possibilidade de fazer o mesmo, o que faz com que a manutenção de um preço baixo para o barril de petróleo tem funcionado como uma arma contra a sua economia já debilitada pelas sanções (MILANI, 2011).

Esta controvérsia, contudo, pode vir a ser amenizada pelo fato de que a Arábia Saudita possivelmente irá precisar aumentar os preços do barril de petróleo para fazer frente às inúmeras despesas que a contenção da Primavera Árabe lhe tem exigido.

A rivalidade Saudi-Iraniana, no entanto, foi explicitamente deflagrada após a Revolução Islâmica de 1979, e aprofundada com a Guerra Irã-Iraque na década de 1980.

Nos anos 1970, tanto o Irã quanto a Arábia Saudita gozavam de boas relações com os Estados Unidos, que os via como os dois pilares fundamentais da política norte-americana na região do Golfo Pérsico. Apesar de permeadas pelas rivalidades descritas anteriormente, as relações que aqueles dois países mantinham entre si eram estáveis e variavam entre laços bilaterais mais ou menos fortes (BOUCEK, 2011:2).

Quando a Revolução Islâmica de 1979 derrubou o regime autocrático iraniano pró-Estados Unidos, muito mais que uma simples mudança de regime estava em jogo. Os revolucionários que ascenderam ao poder trouxeram consigo uma postura fortemente opositora das monarquias em geral, e passaram a desafiar os regimes dos demais países árabes do Golfo.

Em novembro de 1979, motivados pelos últimos acontecimentos no Irã, xiitas que habitavam a Província do Leste na Arábia Saudita violaram a proibição contra as suas manifestações religiosas e iniciaram uma procissão para celebrar o dia da Ashura, comemoração sagrada no xiismo. Naquela oportunidade, os manifestantes carregaram fotos do pai da revolução iraniana, Ayatollah Ruhollah Khomeini, bem como faixas de protesto contra o governo saudita e os Estados Unidos. A Arábia

Saudita reprimiu fortemente a procissão, que acabou se estendendo durante três dias e resultou em diversas mortes entre civis (TERRILL, 2011:5-6).

A partir de então, a Arábia Saudita passou a propagar a ideia de que o Irã era o verdadeiro instigador das massas contra as monarquias do Golfo, responsabilizando-o por todos os seus problemas internos.

They never cared about illegitimacy of their own political structures. They thought that political stability could be maintained by relying on tribal and authoritarian methods. Therefore, they blamed Iran for any protest within their borders. If a political group objected to unfair policies of the Persian Gulf littoral countries, they pointed an incriminating finger at Tehran (MOTTAQI, 2011:1).

As acusações de interferência nos assuntos regionais terminaram por servir de justificativa para a invasão do Irã pelo Iraque, em setembro de 1980, quando a Arábia Saudita garantiu forte apoio diplomático e financeiro ao Iraque.

Em 1987, as hostilidades entre os dois países tomaram proporções ainda maiores quando, durante sua peregrinação para Meca, um grupo de iranianos iniciou protestos que foram fortemente reprimidos pelas forças de segurança da Arábia Saudita, deixando mais de 400 mortos. O Irã culpou a Arábia Saudita pelo ocorrido e exigiu a entrega dos locais sagrados à República Islâmica. O reino saudita respondeu reduzindo a entrada de peregrinos iranianos, apenas voltando a restabelecer o trânsito de iranianos em 1991 (TERRILL, 2011:6).

Com a morte do Ayatollah Khomeini, em 1989, as relações entre os países experimentou uma significativa melhoria, sobretudo durante o governo de Mohammad Khatami, que buscou aproximar-se da Arábia Saudita para apaziguar o isolamento do Irã, além de ter sido o primeiro presidente iraniano a visitar oficialmente Riyadh.

No entanto, desde a eleição do presidente Mahmoud Ahmadinejad, em 2005, a atmosfera de desconfiança voltou a imperar, sobretudo em razão do programa nuclear iraniano, que faz a Arábia Saudita temer profundamente a possibilidade de um confronto direto entre o Irã e os Estados Unidos na região do Oriente Médio.

4 A PRIMAVERA ÁRABE E A INTERVENÇÃO NO BAHRAIN

Os acontecimentos ocorridos no contexto da Primavera Árabe provocaram distintas reações por parte da Arábia Saudita e do Irã. Muitas são as especulações no

sentido de que os levantes no Oriente Médio favorecem o Irã e aumentam a sua esfera de influência na região, motivo pelo qual ele estaria supostamente por trás do financiamento de muitos grupos rebeldes, sobretudo aqueles compostos por xiitas (BILGESEAM, 2011:11). No entanto, a análise da extensão dos efeitos das mudanças ocorridas com a Primavera Árabe exige maior cautela e uma ponderação específica conforme os casos concretos.

A administração de Hosni Mubarak no Egito desempenhava um importante papel de opositor do Irã na região, funcionando como um elemento de contenção da influência iraniana no Oriente Médio.

Diante disso, W. Andrew Terrill (2011:10-13) pondera que é factível imaginar que a queda do presidente egípcio atenda aos interesses do Irã no curto prazo, sobretudo considerando-se a possibilidade da instauração de um regime Islâmico e o consequente restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países.

Talvez com essa mesma suposição, o Supremo Líder iraniano, Ayatollah Ali Khamenei, apoiou enfaticamente os manifestantes do Egito e sugeriu que os eventos em curso eram um reflexo natural da Revolução Iraniana e uma tentativa de instaurar uma República Islâmica (PETERSON, 2011).

Terrill (2011), entretanto, chama a atenção para dois fatores que, no longo prazo, podem atuar contra o Irã. Primeiro, o autor salienta que regimes fundados em ideologias podem vir a se tornar grandes inimigos, uma vez que são grandes as chances de divergirem quanto ao caminho que melhor atende aos ditames da sua ideologia. Segundo, as pretensões iranianas de restabelecimento de relações diplomáticas com o Egito podem vir a ser frustradas pelas tentadoras ofertas dos demais países do Golfo.

Com efeito, aterrorizadas pela queda de Mubarak, as monarquias do Golfo decidiram afastar qualquer possibilidade de uma aliança entre o novo governo do Egito e o Irã. Para tanto, a Arábia Saudita e o Qatar prometeram investir bilhões na reconstrução do Egito, que aceitou sem pestanejar a possibilidade de não ter que recorrer a mecanismos como o FMI ou o Banco Mundial (MCCORMICK, 2011).

Logo, apesar de incerto o futuro da política externa do Egito, os países do Golfo não têm intenções de facilitar o caminho para o Irã, que, ao contrário do que

alguns imaginaram, não parece deter tanto poder de influência sobre o novo governo do Egito. Não se pode, assim, afirmar que a Primavera Árabe tenha sido um evento favorável e estimado pelo Irã, tampouco que todos os protestos representem uma ameaça para a Arábia Saudita. E este fato fica ainda mais evidente ao analisar-se o caso da Síria.

A Síria tem sido durante anos o aliado mais próximo do Irã no Oriente Médio. Juntamente com a Líbia, a Síria foi um dos únicos países que apoiou o Irã na guerra contra o Iraque. Além disso, ambos os países guardam profundas desconfianças contra os Estados Unidos e Israel, sendo também fortes aliados no apoio ao Hamas e Hezbollah.

A Arábia Saudita, por sua vez, é receosa com relação à Síria, um país que se define como Republicano e governado pelos Alawitas, uma ramificação do xiismo. Apesar disso, ambos já cooperaram entre si durante a crise do Golfo de 1990, quando Damasco enviou tropas para apoiar a Arábia Saudita contra Saddam Hussein após a invasão do Kuwait (TERRILL, 2011:30).

No que tange ao desenrolar da Primavera Árabe na Síria, o Irã tem sido acusado de ajudar o governo sírio a reprimir os opositores do regime, acusações que, no entanto, ainda não foram publicamente comprovadas. De fato, num primeiro momento, o Irã seria o maior perdedor na hipótese de uma queda definitiva do governo de Bashar al-Assad, sobretudo porque a ascensão de um governo sunita ou pró-Estados Unidos certamente significaria o fim definitivo da aliança entre aqueles países.

Ocorre que, apesar da Arábia Saudita ter se posicionado contra a repressão perpetrada pelo regime de al-Assad, tendo retirado seu embaixador de Damasco (ARAB NEWS, 2011), ver o Irã perder o seu maior aliado no Oriente Médio não seria o suficiente para compensar a presença de um país democrático na região. A Arábia Saudita é, acima de tudo, um país ultraconservador, que dificilmente toleraria uma vitória revolucionária pró-democracia na sua vizinhança (TERRILL, 2011:33).

O caso do Bahrain, no entanto, foi o mais significativo para a reestruturação da balança de poder no Oriente Médio, sendo a intervenção naquele país um fator crucial para a ascensão da Arábia Saudita como o novo polo de poder da região.

The column of tanks [in Bahrain] also served as a symbolic shot across the bow of Iran: the brazen move was a clear signal from Riyadh to every

state in the Middle East that it would stop at nothing, ranging from soft diplomacy to full-on military engagement, in its determination to lead a region-wide counterrevolution. (BRADLEY, 2011)

Inspirados pelas manifestações exitosas ocorridas na Tunísia e no Egito, a população do Bahrain reuniu-se em um protesto cuja data – 14 de fevereiro – fazia remissão aos dez anos do referendo que aprovou a Carta de Ação Nacional, um plano lançado pelo rei Hamad Al Khalifa que prometia reformas políticas graduais. Na prática, no entanto, essas reformas nunca foram completamente efetivadas, o que somado ao descontentamento generalizado diante da discriminação institucionalizada e perpetrada quase que explicitamente pelo governo, levou os bareinitas a se insurgirem no contexto da Primavera Árabe.

A maioria da população é constituída por xiitas que, no entanto, são totalmente marginalizados da sociedade. O sistema eleitoral distrital é manipulado de modo a garantir uma maioria sunita no Parlamento. Os cargos públicos, quando não estão ocupados por membros da família real, são majoritariamente dominados por estrangeiros. Além disso, especula-se que o governo promova políticas que visam alterar a composição religiosa do país, através da concessão de nacionalidade Bareinita a árabes sunitas (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2011:4).

Mas esta não era, definitivamente, a única motivação dos revoltosos. O elemento que uniu a população enquanto Bareinitas, sem distinção entre sunitas ou xiitas, foi a insatisfação generalizada com os altos índices de desemprego em um país onde dois terços da população tem menos de trinta anos. O problema torna-se ainda mais crítico quando se considera que há inúmeros egípcios empregados no Poder Judiciário, enquanto que Iemenitas, Jordanianos, Paquistaneses e outros árabes sunitas ocupam os postos das Forças Armadas do país – formando o que a população define como um exército de mercenários (DAMIR-GEILSDORF, 2011).

Em suma, o quadro de descontentamento geral devia-se a aspirações previamente frustradas por maior abertura política e participação popular nos processos eleitorais e de governança; liberdades fundamentais; abolição das políticas de segregação religiosa; combate à corrupção; melhor distribuição da riqueza do país; combate ao desemprego; e melhores salários.

The bulk of the protesters belonged to the majority Shiite population, but their demands were not sectarian or religious. Instead, demonstrators called for substantive democracy, human rights and improvement in services. As seen, and unlike Shiites in neighbouring Saudi Arabia, Bahraini Shiites do not face religious oppression per se but, like their

Arab brethren throughout the wider region, are energized mostly by socio-economic grievances. (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2011:6)

O que começou, entretanto, como um protesto pacífico por reformas políticas, sociais e econômicas acabou por evoluir para um clamor pelo fim do regime monárquico no Bahrain.

O desenrolar das manifestações em um sentido ameaçador ao sistema de governo vigente alarmou não apenas a monarquia do Bahrain, mas seus pares no Golfo Pérsico. A repressão foi reforçada e as forças de segurança, ao contrário do que ocorreu na Tunísia e no Egito, não se voltaram para o lado dos seus compatriotas, notadamente porque são compostas por estrangeiros que não se sentem parte da população. Por outro lado, a pressão externa encabeçada pela Arábia Saudita exigia do Bahrain medidas mais robustas que não deixassem a onda de protestos por democracia tomar proporções desmesuradas.

Diante da inabilidade do Bahrain em conter sozinho os ímpetos da sua população, os países do Golfo resolveram intervir por meio de uma organização, o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), na qual são partes o Bahrain, a Arábia Saudita, o Qatar, os Emirados Árabes Unidos, Omã e o Kuwait.

O principal elemento que propulsionou a intervenção foi o temor que pairava dentre os monarcas do CCG de que qualquer êxito na revolta bareinita servisse de inspiração às suas próprias populações oprimidas, propagando o problema por toda região. Isso porque, todos os países mantêm um regime fortemente repressor, altos índices de desemprego e desigualdade social, além de possuírem parcelas de população xiita, em grande medida tiranizadas pelos governantes sunitas. A ameaça às monarquias, portanto, era praticamente existencial (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2011:8).

Considerando-se que o Tratado de Defesa Conjunta do Conselho de Cooperação do Golfo estipulava que apenas em caso de agressão externa contra qualquer membro do CCG poderia haver uma ingerência militar conjunta dos demais integrantes, foi preciso elaborar um discurso que legitimasse uma intervenção no Bahrain (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2011:8).

Inicialmente, o governo Bareinita empenhou-se em retratar a manifestação do dia 14 de fevereiro como sendo uma revolta unicamente xiita, mobilizando grupos sunitas a se manifestarem explicitamente a favor do governo.

These demands cross religious, ethnic, tribal and class lines. The sectarian card was played by the hardliners in the Al-Khalifa family in order to divert attention away from the demands of the people by blaming Iran for the uprising. And yet, none of the movements in the region have been about Iran. The model of an "Islamic Republic" is very unique to the modern history of the country and not really transferable to anywhere else, certainly not in the same format. (ADIB-MOGHADDAM, 2011)

Feito isso, resgatou-se a tese do Crescente Xiita – a qual já foi alvo de farta explanação linhas atrás. A tese, entretanto, foi modulada de maneira a traduzir a ideia de que o Irã estaria por trás dos levantes no Bahrain, concretizando-se assim o requisito da presença de uma ameaça externa para que uma intervenção conjunta pudesse ser levada a cabo.

Em uma declaração oficial, o rei Hamad Bin Isa al-Khalifa do Bahrain afirmou explicitamente que *“An external plot has been fomented for 20 to 30 years until the ground was ripe for subversive designs. I here announce the failure of the fomented plot”* (BBC, 2011). Apesar de não mencionar o autor da suposta trama, a declaração foi um aviso ao Irã e muitas foram as razões que levaram à escolha desse país como fonte de toda a turbulência no Bahrain.

Primeiramente, há muito o Irã costumava insinuar que o Bahrain era uma de suas províncias, em virtude de uma ocupação temporária promovida pela Pérsia na ilha, no século XVIII. Antes da revolução islâmica, o Xá chegou a ameaçar que alcançaria a unificação dos territórios pelo uso da força, se necessário, o que foi alvo de reprovação por toda a comunidade internacional (TERRILL, 2011:19-20).

O país também argumentava que a população bareinita se sentia iraniana – hipótese que foi veementemente afastada por um relatório das Nações Unidas, após consultas diretas à população em 1970¹.

Após a Revolução antimonárquica de 1979, o Irã passou a ser considerado o maior inimigo dos países do Golfo, pois muitos deles alegaram haver sofrido tentativas iranianas de exportar a sua revolução. O Bahrain teria sido, inclusive, uma dessas supostas vítimas.

Em 1981, 73 pessoas foram presas porque supostamente seriam responsáveis por uma tentativa de golpe promovida contra o governo do Bahrain. Todos foram acusados de possuírem ligações com a Frente Islâmica de Libertação do Bahrain e com o Exército dos Guardiões da Revolução Islâmica, ambos sediados no Irã. Apesar

¹ Disponível em: http://web.mit.edu/cascon/cases/case_bah.html

de o governo iraniano haver negado veementemente qualquer envolvimento no golpe, o episódio levou o Bahrain a apoiar o Iraque na guerra contra o Irã (TERRILL, 2011:20-21).

Durante a Primavera Árabe, revelou-se conveniente acusar o país de interferir mais uma vez nos assuntos internos de outro país, sobretudo em um contexto de isolamento devido às desconfianças mundiais com relação ao seu programa nuclear.

O Irã, no entanto, negou as acusações de que estaria tentando promover uma politização das massas xiitas contra a monarquia Bareinita. Não obstante, ao mesmo tempo, o governo iraniano foi claro ao defender o direito de protesto da população e ao condenar a intervenção do CCG no Bahrain (NIKOU, 2011).

De fato, há poucas evidências da participação iraniana nos levantes e “*despite GCC fulminations, no clear evidence of Iranian covert or military role in this unrest has been made public*” (TERRILL, 2011:24).

Além disso, os bareinitas deixaram claro que protestam enquanto cidadãos do Bahrain sem sectarismos, e por reformas domésticas, além de afirmarem que não pretendiam o estabelecimento de um regime similar ao iraniano (DAMIR-GEILSDORF, 2011).

Criado o pretexto da ameaça xiita, da interferência iraniana nos assuntos de outro Estado e com o fito de impedir a propagação dos protestos pelos demais países monárquicos do Golfo, legitimou-se o envio de tropas da Arábia Saudita, dos Emirados Árabes e do Qatar para o Bahrain. As tropas estrangeiras voltaram-se para a proteção da infraestrutura do país, a fim de liberar as forças de segurança bareinitas dos serviços de rotina e deixá-las focadas exclusivamente na repressão dos protestos populares (AL JAZEERA, 2011).

Mais do que uma ação para restaurar a ordem no Bahrain, a intervenção foi um aviso explícito das monarquias para as suas respectivas populações no sentido de que não iriam tolerar manifestações contrárias ao regime, demonstrando, sobretudo, a sua capacidade de reprimir e punir violentamente os revoltosos. Além disso, a mensagem deveria atingir as massas xiitas e alertá-las para as consequências de eventuais atividades em aliança com o Irã.

Thus far, the Gulf States have explored every possible diplomatic avenue in order to avoid any escalation of the situation with Iran. By opting to go into Bahrain and adopting a robust diplomatic stance, the Gulf states are

trying to show Iran that there are lines of demarcation that it must not cross. (DIAB, 2011).

Com efeito, o significado e as consequências da intervenção no Bahrain são extremamente valiosos para a análise das relações internacionais da região, e serão objeto de análise no item seguinte.

5 O CONSELHO DE COOPERAÇÃO DO GOLFO E A NOVA ESTRUTURA DE PODER DA REGIÃO

O Conselho de Cooperação para os Países Árabes do Golfo (CCG) foi constituído em maio de 1981, durante a Guerra Irã-Iraque pelos Estados da Arábia Saudita, Qatar, Bahrain, Omã, Kuwait e Emirados Árabes Unidos, os quais compartilham regimes políticos similarmente conservadores.

A conformação de um mecanismo de cooperação entre os países do Golfo se deu no contexto do pós-Revolução Iraniana, objetivando concertar ações diante da possível ameaça que o movimento antimonárquico no Irã representava para os governantes da região. O CCG atendia, portanto, a uma necessidade de reforçar a segurança dos regimes contra ameaças provenientes da sua própria população e dos países vizinhos (ULRICHSEN, 2012).

De acordo com o artigo 4º da Carta constitutiva do CCG², o órgão foi instituído com o objetivo de promover integração e coordenação entre os países nos setores financeiros, comerciais, econômicos, educacionais, culturais, científico, tecnológico, da indústria, da agricultura, e de recursos naturais. No entanto, as relações entre os membros têm sido permeadas pela prevalência de acordos bilaterais com outros países de fora do CCG, dificultando o seu fortalecimento enquanto bloco regional.

Em 1984, o CCG criou um embrionário sistema de defesa coletiva, a Força de Proteção da Península (Peninsula Shield Force). O mecanismo, no entanto, mostrou-se falho logo na primeira oportunidade que teve para atuar – durante a invasão do Kuwait pelo Iraque –, uma vez que aquela Força de Proteção manteve-se totalmente inerte, tendo inclusive recusado a proposta de Omã de formar um exército conjunto (BBC, 2011).

² Disponível em: <http://www.gcc-sg.org/eng/indexfc7a.html?action=Sec-Show&ID=1>

Desde a invasão do Iraque em 2003, no entanto, o tema da segurança voltou para o centro da agenda dos países do CCG, que têm buscado reduzir gradativamente a dependência que possuem da proteção oferecida pelos Estados Unidos.

O grande desafio tem sido, no entanto, encontrar um meio de estabelecer uma cooperação efetiva na área. Isso porque, os países não conseguem alcançar um consenso sobre a extensão da ameaça imposta pelo Irã, Iraque e Iêmen, tornando impossível a adoção de uma abordagem comum ao problema na região (ULRICHSEN, 2012:2).

Dito isso, importa destacar que a intervenção no Bahrain representou não apenas uma concertação de posturas dos países do CCG na área de segurança, mas uma ação efetiva promovida sob a égide do Conselho. Segundo Shenaz Kermali (2011), tratou-se de uma mensagem poderosa a todos os opositores do regime e aos demais países de fora da região de que “*the GCC’s way of rule was here to stay*”.

Mais significativa ainda é a constatação de que, pela primeira vez nos tempos recentes, os países árabes tomaram as rédeas da situação que lhes aflige sozinhos. A ação conjunta sem qualquer participação dos Estados Unidos ou da opinião internacional indica a prevalência de uma percepção no sentido de que a potência norte-americana já não é um parceiro tão confiável como outrora fora (DIAB, 2011).

Algumas posturas dos Estados Unidos no decorrer dos levantes populares justificam essa percepção dos países árabes. O apoio explícito daquele país aos manifestantes egípcios e a posterior queda de Hosni Mubarak à revelia da potência norte-americana criou dentre os países do CCG o temor de que em caso de crises internas, eles próprios também seriam negligenciados. Ademais, o discurso fortemente reformista da Secretária de Estado Hillary Clinton no Qatar foi percebido pela Arábia Saudita como uma grave ameaça e sinal de deslealdade (RICHTER, 2011).

A percepção, sobretudo na Arábia Saudita, é a de que os Estados Unidos deram as costas para seus leais parceiros árabes, de modo que o momento exige uma atitude mais independente por parte desses últimos, ainda que isso signifique contrariar as orientações norte-americanas – tanto no caso da intervenção no Bahrain, quanto no caso do Egito, aonde a Arábia Saudita investiu quase 4 bilhões de dólares para assegurar a manutenção do status quo após a queda de Mubarak.

The gap between Saudi Arabia and the United States has gotten bigger during the Arab awakening. There are greater tensions as Riyadh does not think Washington is appropriately responding to the transformative times and keeping its own long-term interests in mind. And Riyadh is worried that if the United States pulls out of the region, the responsibility of containing Iran will fall solely on Saudi Arabia. (BOUCEK, 2011:4)

Ademais, a incapacidade norte-americana de encontrar uma solução para o conflito israelo-árabe e o seu apoio a determinados movimentos pró-democracia no Oriente Médio, estimulam a adoção pelos países árabes de uma política externa mais independente daquela potência.

A solução encontrada pelos países árabes foi, então, apoiar-se em um novo parceiro forte o suficiente para garantir-lhes a sobrevivência: a Arábia Saudita, que emerge como uma liderança na busca pela autopreservação das monarquias do Oriente Médio, reforçando o isolamento do Irã.

Em um momento de crise, a Arábia Saudita mostrou-se como o único ator capaz e disposto a fazer o que fosse preciso para restaurar o controle e a ordem interna na região. Tanto é que a intervenção no Bahrain foi liderada pelo reino saudita e a nova configuração do CCG tem sido por ele arquitetada.

The GCC expansion is only one piece in the overall picture of Saudi Arabia looking for a foreign policy alternative to the US. The Gulf Cooperation Council itself is a vehicle for Saudi Arabian ambitions as it has the most sway in the region. The move is significant in that it reflects alignment in Saudi Arabian priorities - it's diversifying its alliance portfolio. (JOSHI apud KERMALI, 2011)

Neste contexto, há indicativos de que uma nova aliança está se formando na região, a partir do temor ao Irã e da desconfiança quanto à consistência da parceria com os Estados Unidos. Um deles é o fato de que, após a intervenção no Bahrain, o CCG deixou de ser apenas uma organização de integração econômica dos países do Golfo e passa a ser um novo centro de poder político, que reúne monarquias supostamente contra a ameaça xiita e Iraniana.

Outra forte sinalização de que este processo está realmente a se concretizar reside no fato de que a Arábia Saudita está tentando seduzir outras monarquias do Oriente Médio através da oferta de generosos investimentos em troca do apoio ao seu movimento contrarrevolucionário (RICHTER, 2011).

Os convites feitos ao Marrocos e à Jordânia para integrarem o CCG são um exemplo concreto da atração que a Arábia Saudita está provocando nas demais monarquias conservadoras da região, sendo que segundo Barak Seener (KERMALI, 2011) “*the decision to expand the army is of huge geo-military significance*”.

Muitos analistas estão de acordo essa manobra é uma consequência direta da Primavera Árabe, numa clara tentativa de preservar a estabilidade e a continuidade das monarquias árabes. Para Thomas Mattair (MIDDLE EAST POLICY COUNCIL, 2011:14), a Arábia Saudita tem liderado o CCG tanto para iniciar uma contra-revolução, como para defender a sua própria estabilidade doméstica e forma de governo. No entanto, o diretor executivo do Middle East Policy Council também acredita que a Arábia Saudita tem feito cálculos geopolíticos para garantir que poderão defender seus aliados e que conterão a influência iraniana.

Os demais países integrantes do CCG estariam, neste sentido, concordando com o protagonismo da Arábia Saudita como forma de garantir a sua auto-preservação, já que o poderio dos Estados Unidos deixou de contar como um fator positivo e passou a ser alvo da desconfiança dos monarcas.

Monarchical solidarity is, of course, the ultimate bond, at a time when the republican dynasties of Egypt, Libya, Syria and Tunisia have come unstuck or look shaky. A common joke these days is that the GCC should be renamed the "Gulf Counter-Revolutionary Club" (ECONOMIST, 2011).

Muitos são os contrassensos que os convites representam. Geograficamente, o Marrocos não possui fronteiras com qualquer membro do CCG, enquanto que a Jordânia, apesar de vizinha da Arábia Saudita, não tem qualquer ligação com o Golfo Pérsico. Economicamente, os países convidados mantêm economias capitalistas, mas estão muito longe de equipararem-se aos produtores de petróleo do CCG, existindo uma enorme distância entre os padrões das economias (SAJEDI, 2011).

Apesar disso, no caso específico da Jordânia, a sua posição estratégica devido às fronteiras com Israel, Síria, Iraque e Arábia Saudita, o seu exército extremamente capacitado e a sua estreita parceria com a CIA serão valiosas ferramentas para o CCG no manejo do tumulto que tomou a região (AL-KHALIDI, 2011).

A Jordânia, por outro lado, finalmente teve a sua longa candidatura a membro do CCG aceita e espera receber parte da ajuda que a Arábia Saudita tem oferecido aos demais países membros do Conselho – uma espécie de Plano Marshall para os países árabes reerguerem suas economias (AL-KHALIDI, 2011).

Em se tratando do Marrocos, sabe-se que o país sempre manteve relações privilegiadas com os países do Golfo, apesar das suas diferenças culturais, distância geográfica e proximidade maior com a Europa.

A entrada no CCG seria bastante interessante àquele país, na medida que fortaleceria a sua posição contra a Argélia e o apoio que ela oferece ao grupo separatista Frente Polisário. Ademais, o Marrocos necessita dos investimentos financeiros que os países do CCG podem lhe oferecer, bem como gostaria de facilitar as políticas migratórias dos seus cidadãos para a região do Golfo, a fim de dar vazão à legião de desempregados que possui no seu território (BOUKHARS, 2011).

O problema da aceitação do convite pelo Marrocos reside na reação que isso irá provocar na sua população. Os marroquinos temem que as monarquias do Golfo pressionem o país a retroceder nas reformas prometidas em 2011, como a separação dos poderes, independência do judiciário, descentralização da constituição, libertação de presos políticos e fortalecimento do Conselho Nacional de Direitos Humanos (BOUKHARS, 2011).

CONCLUSÃO

Os levantes populares que se estenderam recentemente pelo Oriente Médio, tiveram o condão de abalar regimes cujas estruturas estavam há muito arraigadas na região.

Para garantir a sua própria sobrevivência, as monarquias têm buscado articular uma frente coletiva de enfrentamento da ameaça democrática. Esta coordenação de ações tem sido feita a partir de um organismo pré-existente, o Conselho de Cooperação do Golfo que, além de adquirir uma roupagem mais militarizada, tem buscado ampliar-se para agrupar monarcas igualmente ansiosos por preservarem-se no poder.

Neste sentido, a intervenção no Bahrain simbolizou o início da formação de uma nova estrutura de poder no Oriente Médio. Diante das posturas dos Estados Unidos, no sentido de apoiar as aspirações democráticas das populações árabes, a Arábia Saudita foi suficientemente perspicaz para assumir o controle da situação e conduzir o problema que lhe afligia do modo que melhor atendia aos seus próprios interesses.

Os demais países do Golfo compartilharam aquela percepção com relação aos Estados Unidos e parecem estar deixando-se guiar pela Arábia Saudita, único

parceiro que não apenas apresentou um plano eficaz de contenção dos protestos, como também se mostrou disposto a financiar a contra-revolução.

Diante do frescor dos acontecimentos no contexto da Primavera Árabe, ainda é cedo para elaborar conclusões definitivas sobre a formação de uma nova balança de poder na região, sendo necessário alcançar uma maior distância temporal para realizar estudos mais aprofundados.

No entanto, algumas hipóteses podem ser traçadas a partir do estudo realizado no presente trabalho. Em um primeiro cenário, é factível supor que o CCG pode vir um dia a sobrepor-se à Liga Árabe, assumindo um papel mais atuante na resolução de crises entre países da região. A ampliação dos integrantes pode também significar uma nova era de cooperação, harmonização de economias e políticas, criando um clima de confiança mútua e estabilidade numa região há muito volátil.

Outros cenários diametralmente opostos são igualmente factíveis. Com efeito, é preciso perquirir se os monarcas estão dispostos a organizar transições graduais e estáveis de regimes políticos para atender às ambições democráticas dos povos árabes, ou se o novo concerto em torno do CCG tratará apenas de formar um bloco reacionário que defende ferrenhamente a manutenção da ordem interna e dos regimes monárquicos.

Um forte indicativo de que talvez esta segunda hipótese seja a verdadeira intenção de todas essas manobras reside na retomada do discurso do Crescente Xiita, uma antiga fórmula encontrada pelos países árabes para desviar a atenção do gritante déficit democrático que ainda assola o Oriente Médio. O fato de o Irã ter sido apontado como fonte de todos os males ainda pode trazer graves conseqüências para a estabilidade da região. Resta, assim, aguardar os desdobramentos que esse ardil oportunista pode vir a provocar.

REFERÊNCIAS

ADIB-MOGHADDAM, Ashrin. *Bahrain in the shadow of Iran, Saudi Arabia and the United States*. CNN Opinion, 25 abr. 2011. Disponível em: <http://articles.cnn.com/2011-04-25/opinion/bahrain.saudi.iran.arshin_1_bahrain-al-khalifa-family-saudi-arabia?_s=PM:OPINION>. Acesso em: 11 mar. 2012.

AL JAZEERA. *Saudi soldiers sent into Bahrain*. Al Jazeera Middle East, 15 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2011/03/2011314124928850647.html>>. Acesso em: 17 mar. 2012.

AL-KHALIDI, Suleiman. *Arab dynasties lure Jordan, Morocco into anti-Iran bloc*. Reuters, 13 maio 2011. Disponível em: <<http://af.reuters.com/article/moroccoNews/idAFLDE74A0HM20110513?sp=true>>. Acesso em: 11 mar. 2012.

ARAB NEWS. *Kuwait, Bahrain follow Saudi lead as Syria crackdown continues*. 08 ago. 2011. Disponível em: <<http://arabnews.com/middleeast/article485374.ece>>. Acesso em: 11 mar. 2012.

BBC. *Bahrain unrest: King Hamad says foreign plot failed*. BBC News Middle East, 21 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-12802945>>. Acesso em: 11 mar. 2012.

_____. *Profile: Gulf Co-operation Council*. BBC News, 15 fev. 2012. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/country_profiles/4155001.stm>. Acesso em: 11 mar. 2012.

BILGESAM. *Iran, the Shia Crescent and the Arab Spring*. Istanbul: *Wise Man Center for Strategic Studies*, 2011. Report n. 35. Disponível em: <<http://www.bilgesam.org/en/images/stories/rapor/iranshiacrescent.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

BOUCEK, Christopher; SADJADPOUR, Karim. *Rivals – Iran vs. Saudi Arabia*. Carnegie Endowment, 20 set. 2011. Disponível em: <<http://carnegieendowment.org/2011/09/20/rivals-iran-vs.-saudi-arabia/56t9>>. Acesso em: 26 fev. 2012.

BOUKHARS, Anouar. *Does Morocco have a place in the GCC?*. Carnegie Endowment for International Peace, 25 maio 2011. Disponível em: <<http://carnegieendowment.org/2011/05/25/does-morocco-have-place-in-gcc/6bcs>>. Acesso em 11 mar. 2012.

BRADLEY, John R. *Saudi's invisible hand in the Arab Spring*. Foreign Affairs, 13 out. 2011. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/136473/john-r-bradley/saudi-arabias-invisible-hand-in-the-arab-spring?page=show>>. Acesso em: 17 mar. 2012.

CAMPO, Juan Eduardo. *Encyclopedia of Islam*. New York: Facts on File, 2009 (*Encyclopedia of World Religions*).

DAMIR-GEILSDORF, Sabine. *We are all Bahrainis; Not Sunnis, Not Shiites!*. Qantara, 25 jul. 2011. Disponível em: <<http://en.qantara.de/We-are-all-Bahrainis-Not-Sunnis-Not-Shiites/17428c17943i1p1345/index.html>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

DIAB, Khattar Abou. *Vying for Supremacy in the Gulf*. Qantara, 28 fev. 2011. Disponível em: <<http://en.qantara.de/Vying-for-Supremacy-in-the-Gulf/17430c17945i1p475/index.html>>. Acesso em: 17 mar. 2012.

ECONOMIST. *A Club fit for Kings: a Gulf club is set to beef itself up*. Economist, 19 maio 2011. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/18713680>>. Acesso em: 11 mar. 2012.

ESCOBAR, Pepe. *Globalistan: how the globalized world is dissolving into liquid war*. Ann Arbor: Nimble Books LLC, 2006. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/6952616/Globalistan-How-the-Globalized-World-is-Dissolving-Into-Liquid-War>>. Acesso em: 01 fev. 2012.

HAJI-YOUSEFI, Amir M. *Whose agenda is served by the Idea of a Shia Crescent?*. Alternatives: Turkish Journal of International Relations, Vol. 8, N. 01, Spring, 2009. Disponível em: <<http://alternativesjournal.net/volume8/number1/yousefi.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *The Shiite Question in Saudi Arabia*. Riyadh/Amman/Bruxelas: International Crisis Group, 2005. Middle East Report n^o. 45. Disponível em: <[http://www.crisisgroup.org/~media/Files/Middle%20East%20North%20Africa/Iran%20Gulf/Saudi%20Arabia/The%20Shiite%20Question%20in%20Saudi%20Arabia.pdf](http://www.crisisgroup.org/~/media/Files/Middle%20East%20North%20Africa/Iran%20Gulf/Saudi%20Arabia/The%20Shiite%20Question%20in%20Saudi%20Arabia.pdf)>. Acesso em: 01 fev. 2012.

_____. *Popular protests in North Africa and the Middle East (III): The Bahrain Revolt*. Bruxelas: International Crisis Group, 2011. Middle East/North Africa Report n^o. 105. Disponível em: <<http://www.crisisgroup.org/~media/files/middle%20east%20north%20africa/iran%20gulf/bahrain/105-%20popular%20protests%20in%20north%20africa%20and%20the%20middle%20east%20-iii-the%20bahrain%20revolt.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

KERMALI, Shenaz. *The GCC is expanding its army, but for what?*. Al Jazeera, 02 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/indepth/features/2011/06/2011626112649845386.html>>. Acesso em: 17 mar. 2012.

MCCORMICK, Ty. *Egypt looks to Gulf monarchies to finance budget deficit*. Foreign Affairs, 29 jun, 2011. Disponível em:

<http://blog.foreignpolicy.com/posts/2011/06/28/egypt_looks_to_gulf_monarchies_to_finance_budget_deficit>. Acesso em: 10 mar. 2012.

MIDDLE EAST POLICY COUNCIL. *A Reawakened Rivalry: the GCC v. Iran*. Transcript, 7 out. 2011. Disponível em: <<http://mepc.org/hill-forums/reawakened-rivalry-gcc-v-iran-0?transcript>>. Acesso em: 17 mar. 2012.

MILANI, Mohsen M. *Iran and Saudi Arabia Square Off: the growing rivalry between Tehran and Riyadh*. Foreign Affairs, 11 out. 2011. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/136409/mohsen-m-milani/iran-and-saudi-arabia-square-off>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

MOTTAQI, Ebrahim. *The Cold War between Iran and Saudi Arabia*. International Peace Studies Center, 25 jun. 2011. Traduzido por: Iran Review. Disponível em: <http://www.iranreview.org/content/Documents/The_Cold_War_between_Iran_and_Saudi_Arabia.htm>. Acesso em: 26 fev. 2012.

NASR, Vali. *The religious roots of Iran's rivalry with Saudi Arabia*. Washington Post, 13 out. 2011. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/blogs/guest-voices/post/the-religious-roots-of-irans-rivalry-with-saudi-arabia/2011/10/13/gIQAzjzchL_blog.html>. Acesso em: 26 fev. 2012.

NIKOU, Semira N. *Iran warns Gulf on Bahrain*. The Iran Primer, 24 mar. 2011. United States Institute of Peace. Disponível em: <<http://iranprimer.usip.org/blog/2011/mar/24/iran-warns-gulf-bahrain>>. Acesso em 17 mar. 2012.

OPEP. *OPEC share of the world crude oil reserves*. OPEC Annual Statistical Bulletin 2010/2011 edition. Disponível em: <http://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/330.htm>. Acesso em: 26 de fev. 2012.

PETERSON, Scott. *Iran's Khamenei praises Egyptian protesters, declares 'Islamic awakening'*. Christian Science Monitor, 4 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.csmonitor.com/World/Middle-East/2011/0204/Iran-s-Khamenei-praises-Egyptian-protesters-declares-Islamic-awakening>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

PEW RESEARCH CENTER. *Mapping the global Muslim population: a report on the size and distribution of the world's Muslim population*. Washington D.C.: Pew Forum on Religion and Public Life, 2009. Disponível em: <http://www.pewforum.org/uploadedfiles/Orphan_Migrated_Content/Muslimpopulation.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2012.

RICHTER, Paul; BANERJEE, Neela. *US-Saudi Rivalry Intensifies*. LA Times, 19 jun. 2011. Disponível em: <<http://articles.latimes.com/2011/jun/19/world/la-fg-us-saudis-20110619>>. Acesso em: 17 mar. 2012.

SAJEDI, Seyyed Mohiyeddin. *GCC overturns membership invitations*. Iran Review, 03 dez. 2011. Disponível em: <http://www.iranreview.org/content/Documents/_P_GCC_Overturns_Membership_Invitations.htm>. Acesso em: 11 mar. 2012.

STEINBERG, Guido. *A Colossus with Feet of Clay*. Qantara, 21 mar. 2011. Disponível em: <<http://en.qantara.de/A-Colossus-with-Feet-of-Clay/7171c39/index.html>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

TERRILL, W. Andrew. *The Saudi-Iranian rivalry and the future of Middle East Security*. Carlisle: Strategic Studies Institute of US Army War College, 2011. Disponível em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=1094>>. Acesso em: 26 fev. 2012.

ULRICHSEN, Kristian Coates. *Internal and External Security in the Arab Gulf States*. Middle East Policy Council, 2012. Disponível em: <<http://www.mepc.org/journal/middle-east-policy-archives/internal-and-external-security-arab-gulf-states>>. Acesso em: 11 mar. 2012.

WRIGHT, Robin; BAKER, Peter. *Iraq, Jordan See Threat To Election From Iran*. Washington Post, 08 dez. 2004. Disponível em: <http://www.iranfocus.com/en/index.php?option=com_content&view=article&id=949:iraq-jordan-see-threat-to-election-from-iran&catid=7:iraq&Itemid=29>. Acesso em: 12 fev. 2012.

YAMANI, Mai. *The Two Faces of Saudi Arabia*. Survival, vol. 50, n. 1, Fev-Mar. 2008. Disponível em: <<http://www.maiyamani.com/pdf/The%20Two%20Faces%20of%20Saudi%20Arabia.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

_____. *Saudi Arabia's shia stand up*. Project Syndicate, 11 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.project-syndicate.org/commentary/yamani20/English>>. Acesso em: 12 fev. 2012.